

O CICLO DO GERENCIAMENTO COSTEIRO INTEGRADO E A GESTÃO TRANSFRONTEIRIÇA DA BACIA DO RIO DA PRATA

ANA CAROLINA SILVA NOBRE¹;
MILTON LAFOURCADE ASMUS²

¹*Universidade Federal do Rio Grande (FURG) – ananobre23@gmail.com*

²*Universidade Federal do Rio Grande (FURG) – docasmus@furg.br*

1. INTRODUÇÃO

A Bacia Hidrográfica do Rio da Prata – também chamada de Bacia Platina ou Bacia do Prata – é composta pelos rios Paraná, Paraguai, Uruguai e por seus afluentes. É uma das bacias hidrográficas mais extensas do mundo (3,1 milhões de km²) e abrange parte dos territórios de Brasil, Argentina, Bolívia, Paraguai e Uruguai. A desembocadura dos rios Paraná e Uruguai no Oceano Atlântico constitui o Rio da Prata, formando o maior estuário do mundo e a ligação direta da bacia com o mar e, consequentemente, com a zona costeira (CENTRO DE SABERES, 2009).

No entanto, esta bacia hidrográfica sofre intensa pressão antrópica devido a atividades industriais e agrícolas desempenhadas em sua região, o que acarreta em problemas como: eventos hidrológicos extremos; sedimentação de corpos e cursos d’água; alteração e perda de biodiversidade; conflitos pelo uso da água e impacto ambiental dos cultivos irrigados; insalubridade da água e deterioração da saúde ambiental; entre outros (CIC, 2016).

Bacias hidrográficas de natureza exorréica – como a do Rio da Prata – estão conectadas à zona costeira por meio de fluxos hidrológicos de água doce, sedimentos, matéria orgânica e inorgânica, além de espécies biológicas. Dessa forma, as pressões antrópicas realizadas nas águas fluviais influenciam nos sistemas costeiros, o que demanda uma gestão integrada entre bacias hidrográficas e zona costeira (NICOLODI; ZAMBONI; BARROSO, 2009).

Considerando os impactos socioambientais e socioculturais que a ausência de uma gestão transfronteiriça da Bacia do Prata pode gerar nas zonas costeiras desses cinco países, considera-se a aplicação do Ciclo do Gerenciamento Costeiro Integrado, elaborado por Biliana Cicin-Sain e Robert Knecht (1998).

Além disso, também constitui fonte bibliográfica para esta pesquisa, o “Tratado da Bacia do Prata”, celebrado entre Brasil, Argentina, Bolívia, Paraguai e Uruguai em 1969, que constitui o principal instrumento legal e vinculante no âmbito da bacia. Tal tratado consolidou o Comitê Intergovernamental Coordenador dos Países da Bacia do Prata (CIC), encarregado de promover, coordenar e dar prosseguimento às ações multilaterais que tenham por objetivo o desenvolvimento dos países da Bacia Platina. No Tratado da Bacia do Prata, é possível observar o claro objetivo firmado entre os países de promover o desenvolvimento sustentável por meio da utilização racional dos recursos naturais da bacia hidrográfica (BRASIL, 1969).

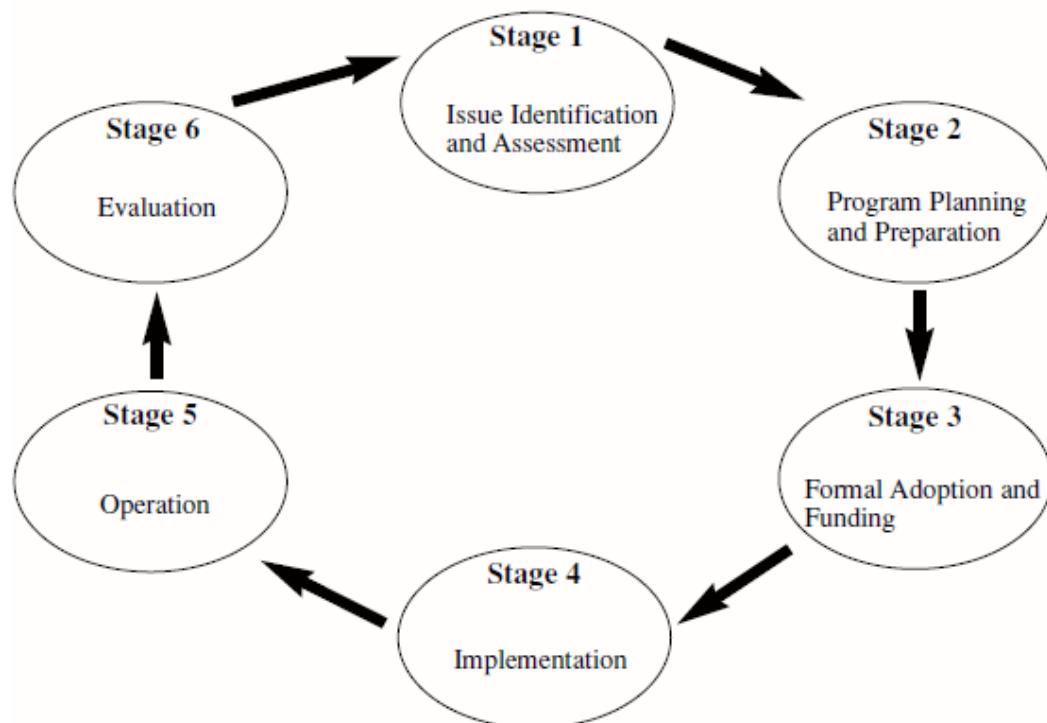
Portanto, constitui objetivo central deste estudo a implementação do Ciclo de Gerenciamento Costeiro Integrado na gestão transfronteiriça da Bacia Platina, no âmbito de atuação do Comitê Intergovernamental Coordenador dos Países da Bacia do Prata. Sendo assim, documentos elaborados pelo CIC – como o Programa de Ações Estratégicas – também serão utilizados para acompanhar os esforços dos cinco países ribeirinhos, dentro do Comitê, para a promoção do

desenvolvimento sustentável da região platina e, consequentemente, a redução de impactos socioambientais e socioculturais na zona costeira.

2. METODOLOGIA

Esta pesquisa adotou como referencial metodológico o Ciclo do Gerenciamento Costeiro Integrado, proposto por Biliana Cicin-Sain e Robert Knecht (1998), que demonstra os estágios ideais para a adoção de uma política pública na gestão de zonas costeiras. Os seis estágios estão apontados na Figura 1 e são compostos por: (1) identificação e levantamento dos temas; (2) preparação e planejamento do programa; (3) adoção formal e financiamento; (4) implementação; (5) operação; (6) avaliação. Dessa forma, é feito um estudo de caso, aplicando o modelo do Ciclo do Gerenciamento Costeiro Integrado à gestão transfronteiriça da Bacia Hidrográfica Platina.

Figura 1 – O Ciclo do Gerenciamento Costeiro Integrado



Source: Adapted, with modifications, from Olsen 1993.

Fonte: (CICIN-SAIN; KNECHT, 1998).

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os estágios do Ciclo do Gerenciamento Costeiro Integrado foram debatidos e aplicados à gestão da Bacia Platina no âmbito de atuação do Comitê Intergovernamental Coordenador dos Países do Prata, sendo abordados a seguir.

1. Identificação e Levantamento de Temas: A necessidade de gerenciamento é verificada a partir da presença de problemas na zona costeira a serem solucionados (como por exemplo, crise ambiental, deterioração de recursos e novas oportunidades econômicas). Neste momento inicial, são realizadas reuniões com os tomadores de decisão e demais atores envolvidos, para confirmar o problema ou oportunidade. A partir deste momento é montada

uma equipe encarregada de elaborar um plano de GCI (CICIN-SAIN; KNECHT, 1998).

No âmbito da Bacia Platina, esta equipe pode ser representada pelo Comitê Intergovernamental Coordenador dos Países Bacia do Prata. Ele busca promover o Tratado da Bacia do Prata, o desenvolvimento sustentável e gerir eventuais conflitos que possam ocorrer entre os cinco países.

Sendo assim, é possível apontar o CIC como executor da política de Gerenciamento Costeiro Integrado na Bacia do Prata. Porém, uma reformulação que permitisse a participação de outros atores para além da estrutura intergovernamental do comitê seria ainda mais efetiva.

2. Preparação e planejamento do programa: Nesta fase do GCI são compiladas as informações e dados relevantes da zona costeira em questão, como suas características físicas, econômicas, políticas e sociais. Este planejamento compreende o desenvolvimento de um plano para a participação popular; a análise de problemas de gestão e oportunidades; o estabelecimento de prioridades; a análise da capacidade institucional; as recomendações de metas, políticas e projetos a serem incluídos no plano de gerenciamento costeiro integrado; o estabelecimento de uma agenda e estratégia; entre outros aspectos relevantes para a elaboração do plano (CICIN-SAIN; KNECHT, 1998).

No caso da gestão da Bacia Platina, esta etapa é bem ilustrada pelo *Programa Marco para a Gestão Sustentável dos Recursos Hídricos da Bacia do Prata, Considerando os efeitos decorrentes da variabilidade e Mudanças Climáticas*, que originaria o Programa de Ações Estratégicas (PAE).

3. Adoção formal e financiamento: Projetos iniciais, novas medidas de gestão, metas e políticas são adotados. Arranjos de governança são estabelecidos ou aprimorados. Princípios, políticas, limites, esquemas de zoneamento, entre outros, são incorporados através de ações do poder legislativo. Dessa forma, são realizadas adequações necessárias na organização e nas equipes de trabalho. E por fim, é estabelecida a fonte de financiamento para o programa (CICIN-SAIN; KNECHT, 1998).

Esta etapa pode ser ilustrada pelo atual processo de incorporação das metas do Programa de Ações Estratégicas nos cinco Estados-parte. Como principal medida de curto prazo, é apontada a formulação e obtenção de financiamento para a execução dos projetos que dinamizem as ações estratégicas do PAE.

4. Implementação: Segundo Conceição e Asmus (2013) este estágio do GCI é caracterizado pelo estabelecimento da estrutura e de recursos físicos e humanos para a realização do plano de gerenciamento costeiro. No caso estudado da Bacia do Prata, consiste no momento em que serão colocadas em prática as mudanças organizacionais, institucionais e legislativas previstas na Etapa 3.

5. Operação: Conceição e Asmus (2013) apontam esta etapa como aquela em que é necessária a solução pacífica de conflitos que venham a surgir, tanto por parte das diferentes agências envolvidas, quanto por parte da comunidade. O estágio de operação corresponde ao momento após a implementação, em que as mudanças previstas nas duas etapas anteriores “saem do papel” e entram em ação.

Considerando o caráter internacional de abrangência do PAE, é natural que as etapas de implementação e operação avancem em ritmos diferentes em cada país. A harmonização organizacional e institucional prevista na Etapa 3 possui grande importância para a redução de tais discrepâncias.

6. Avaliação: A última etapa do GCI corresponde à adoção de um programa de monitoramento e avaliação, com base nos indicadores previamente estabelecidos no plano de gestão (CICIN-SAIN; KNECHT, 1998). Portanto, este estágio consiste na verificação do cumprimento dos objetivos propostos no início do ciclo.

4. CONCLUSÕES

A principal inovação deste trabalho corresponde ao emprego de um modelo de gerenciamento costeiro integrado para a gestão da Bacia Platina, além da mitigação de problemas ambientais e sociais da zona costeira por meio do emprego de políticas públicas em bacias hidrográficas.

Por meio de uma gestão transfronteiriça é possível que Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai usufruam dos recursos hídricos da bacia em prol de seu desenvolvimento, mas sem prejudicar gerações futuras.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. **Tratado da Bacia do Prata**. Brasília, DF, 1969. Disponível em:
<https://www.dpc.mar.mil.br/sites/default/files/ssta/legislacao/hidrovia/trat_bcprata.pdf> Acesso em: 22/08/2017.

CENTRO DE SABERES E CUIDADOS SOCIOAMBIENTAIS DA BACIA DO PRATA. Caderno do Encontro Formativo do Círculo de Aprendizagem Permanente III (CAP III). In: **Processo Formativo Brasil 2009**. Campinas, 2009.

CICIN-SAIN, Biliana; KNECHT, Robert. Definitions of Integrated Coastal Management and Fundamental Concepts. In: CICIN-SAIN, Biliana; KNECHT, Robert. **Integrated Coastal and Ocean Management: Concepts and Practices**. Washington, DC: Island Press, 1998. p. 37-64.

COMITÉ INTERGUBERNAMENTAL COORDINADOR DE LOS PAÍSES DE LA CUENCA DEL PLATA. **Estatuto Vigente del Comité Intergubernamental Coordinador de los Países de la Cuenca del Plata (CIC)**. Buenos Aires, 2001. Disponível em: <<http://cicplata.org/wp-content/uploads/2016/12/estatuto-vigente-del-cic.pdf>> Acesso em: 23/08/2017.

_____. **Programa de Acciones Estratégicas**. Buenos Aires, 2016.

NICOLODI, João Luiz; ZAMBONI, Ademilson; BARROSO, Gilberto Fonseca. Gestão Integrada das Bacias Hidrográficas e Zonas Costeiras no Brasil: Implicações para a Região Hidrográfica Amazônica. In: **Revista da Gestão Costeira Integrada**. Itajaí, v. 9, n. 2, jun. 2009. Disponível em: <http://www.ppgedam.ufpa.br/download/ps2012/Szlafsztein_Zona_Costeira.pdf> Acesso em: 23/08/2017.